

PLANEJAMENTO E PROJETO PAISAGÍSTICO E A IDENTIFICAÇÃO DE UNIDADES DE PAISAGEM: O CASO DA LAGOA SECA DO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, RIO CLARO (SP)

Felisberto Cavalheiro*, Andréa Presotto** & Yuri Tavares Rocha***

RESUMO

O objetivo deste trabalho é abordar a questão da identificação de unidades de paisagem, ressaltando para a necessidade absoluta de tal identificação no planejamento paisagístico e, na maioria, dos projetos paisagísticos.

PALAVRAS-CHAVE

Planejamento, paisagismo, área verde, espaço livre

ABSTRACT

This paper aims at discussing the landscape units, highlighting the absolute need of doing identification this within the landscape planning and landscape projects.

KEY WORDS

Urban planning, urban landscape planning, open space, landscape units.

Introdução

No Brasil, o planejamento paisagístico ou da paisagem não é, na verdade, considerado e confundem-se suas atribuições àquelas de projetos paisagísticos. Na maioria das vezes, o que temos é a destinação ou definição de uso, sem reflexão, de áreas de sobra (áreas que os projetos não incorporaram) que, segundo a aceção de alguns, não servem para outros usos a não ser

para o que se convencionou chamar, simplesmente, de áreas para jardim, ajardinamento, áreas verdes, canteiros centrais, praças, parques...

Não há uma reflexão maior sobre as funções que devem e ou podem desempenhar essas áreas, mormente, no que tange à ecologia, a questões ambientais, ao lazer, à integração, à estética, sem discorrer sobre outras como educação, economia, cultura, etc.

* Professor Doutor, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH),
E-mail: felis@usp.br

** mestranda em geografia física. E-mail: apanizza@usp.br

***Doutor em geografia física E-mail: yuritr@usp.br

O que se pretende com o presente artigo é alertar que as áreas verdes, assim denominadas, deveriam ser abordadas como "espaços livres de construção" (LIMA et al., 1994), como o são em outros países como nos de língua inglesa, onde são denominados como *open space* (JELICOE & JELICOE, 1990; Mc HARG, 1969); nos de língua alemã, como *Freiraum* (RICHTER, 1981); e, nos de língua castelhana, como *espacios libres* (Mc HARG, 2000), que são termos mais amplos e implicam funções que desempenham.

Quando se fala em espaços livres de construção, uma das questões que merece atenção é: por que têm que ser livres de construção? Não se deve confundir, neste ponto, construção com edificação, pois o que sugere o termo é que não haja construções, nem acima, nem abaixo do solo, sendo portanto livres de infra-estruturas como esgotos e outras canalizações. Áreas verdes, contudo, podem ser denominadas como espaços livres de edificações, podendo conter algumas infra-estruturas, limitando-se, nesses casos, suas funções ambientais.

Pressupõe-se, portanto, que a paisagem deva ser estudada em todas as suas heterogeneidades, analisando-se seu suporte e sua cobertura, refletindo-se sobre o porquê há áreas com águas, brejos ou afloramentos rochosos em alguns lugares, enquanto noutros não!

Para que tal análise se suceda, é necessário que se estude a paisagem desde um recorte maior, até seus detalhes menores, porém individualizados no todo. Assim, pode-se ter como paisagem maior um município, um bairro, ou uma

área de parque e, como detalhe, um rio, um lago, um pântano, uma montanha, áreas mais ou menos urbanizadas, uma rua, uma praça. É necessário, pois, entender a fisiologia da paisagem, para que, então, se proponha intervenções. O ideal é que tanto a fisiologia quanto as unidades da paisagem sejam observadas para qualquer tipo de intervenção, não só sob a ótica do paisagista mas entende-se como imprescindível no planejamento e mesmo nos projetos paisagísticos.

Material e métodos

Para realização de planejamento e projetos paisagísticos, é necessário que se disponha de cartas topográficas, onde se trabalhem temas, pelo menos, como geologia, geomorfologia, hidrografia e biótopos significativos para vegetação e animais (BEDÊ et al., 1994). As escalas de abordagem serão melhores quanto mais detalhadas o forem. A existência de fotografias aéreas e outras cartas disponíveis poderão subsidiar as operações e a realização de trabalhos de campo. Entrevistas com interessados pelo uso das áreas fazem-se necessários, antes e durante o desenvolvimento, tanto do planejamento como do projeto.

No caso da Lagoa Seca do bairro Jardim América, Rio Claro - SP (**Figuras 1 e 2**), dispõe-se de cartas geológicas e geomorfológicas, ambas na escala de 1:10.000 (RIO CLARO, 1990). Outros temas tiveram que ser trabalhados artesanalmente para sua obtenção, o que foi feito com a cooperação de alunos de graduação em Ecologia da disciplina "Ecosistemas Antrópicos" do ano 2001 e

da disciplina "Paisagem e Meio Ambiente" de curso de pós-graduação, nos anos de 2001 e 2002 da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus de Rio Claro.

Isso também foi considerado na Tese de Doutorado de Penteado, que estudou a Bacia Geomorfológica de Rio Claro (1976).

Figura 1: Localização do Município de Rio Claro no Estado de São Paulo, LIMA (1994)

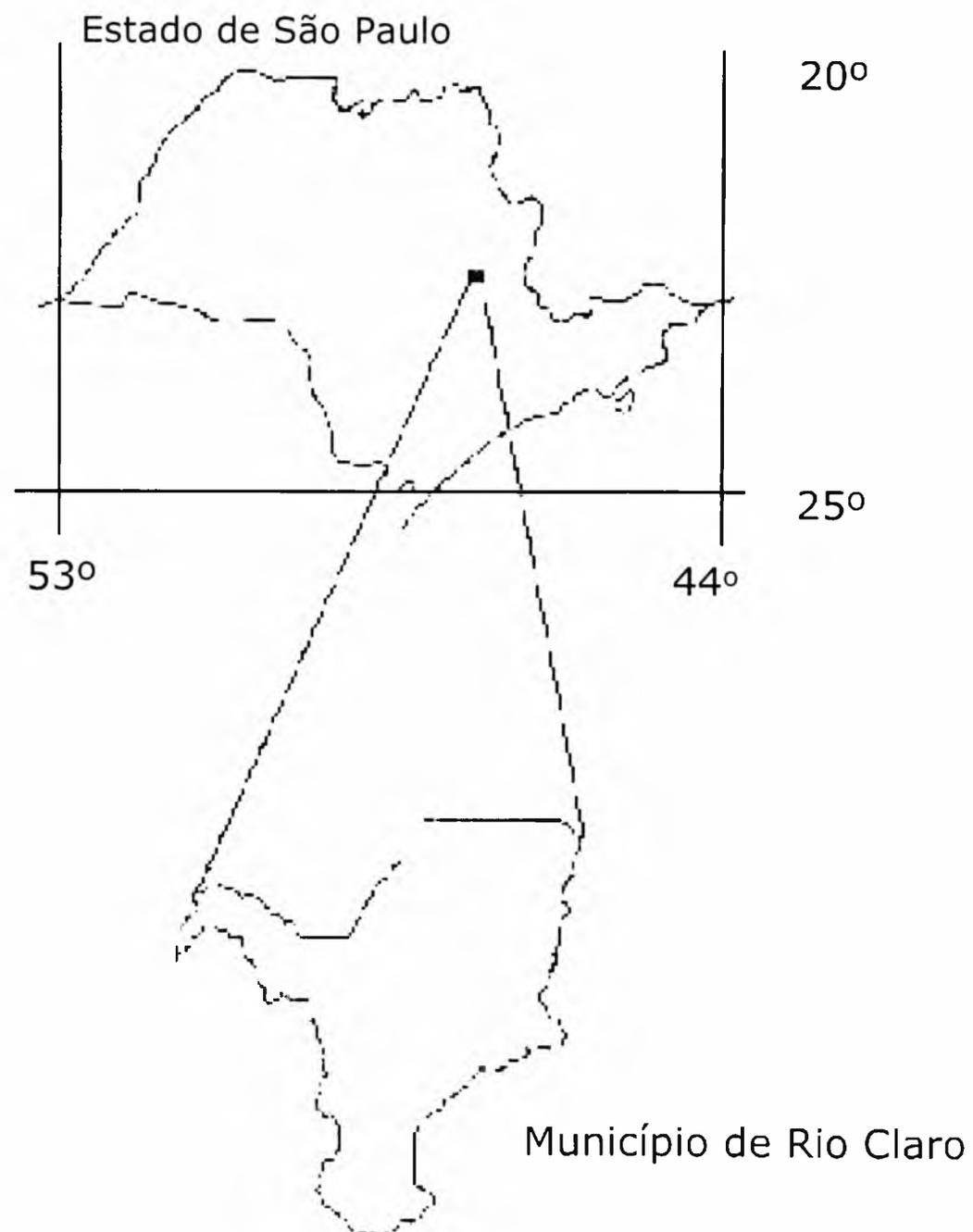


Figura 2: Localização da Lagoa Seca no Município de Rio Claro (SP), escala original de 1:4.000. Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA), do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Rio Claro (2002)

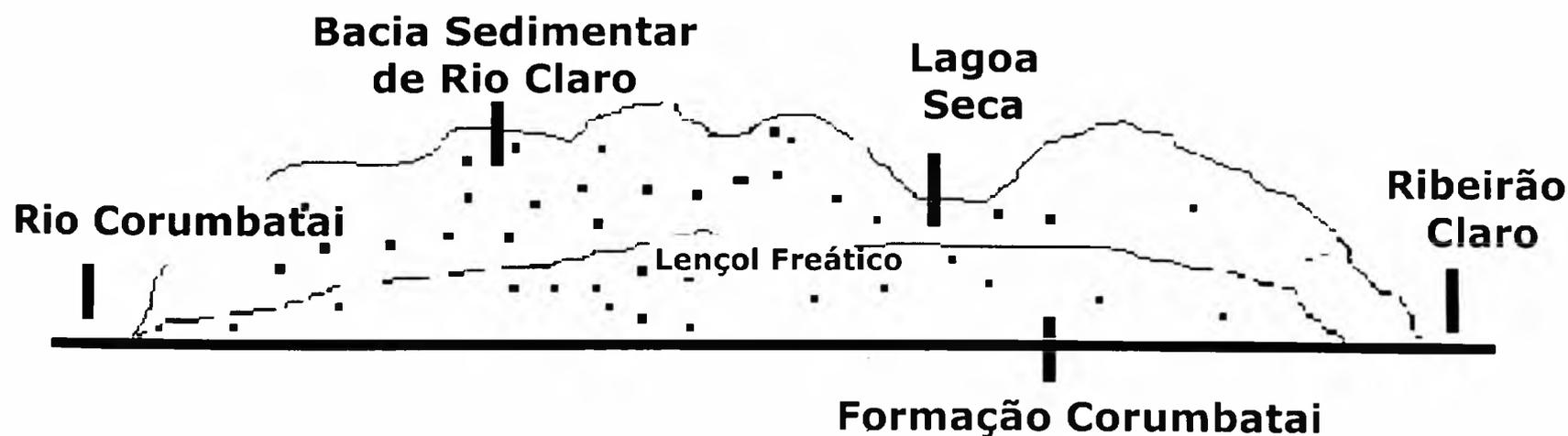


Para os procedimentos metodológicos, utilizou-se a conceituação de paisagem proposta por MONTEIRO, 2000, p.39: "Entidade espacial delimitada segundo um nível de resolução do geógrafo (pesquisador) a partir dos objetivos centrais da análise, de qualquer modo sempre resultado da integração dinâmica, portanto instável, dos elementos de suporte e cobertura (físicos, biológicos e antrópicos) expressa em partes delimitáveis infinitamente mas individualizadas através das relações entre elas, que organizam um todo complexo (SISTEMA), verdadeiro conjunto solidário e único, em perpétua evolução."

Conclusões

Com a identificação de unidades de paisagem, verificou-se que a chamada Lagoa Seca é, na verdade, um local rebaixado no terreno que funcionava, e ainda funciona, como ponto de recarga de aquífero e que, sub-superficialmente, apresenta águas que drenam para duas bacias hidrográficas (a do rio Corumbataí e a do ribeirão Claro), embora esteja separada por um espigão que sugeria ser um divisor de águas e que a lagoa seca pertencesse, somente à do ribeirão Corumbataí (**Figura 3**). Seria interessante neste caso analisar, entre outros autores, o que preceituam RICHTER, SAPLACO & NOWAY (1988) no artigo *Watershed management problem in humid tropical uplands*.

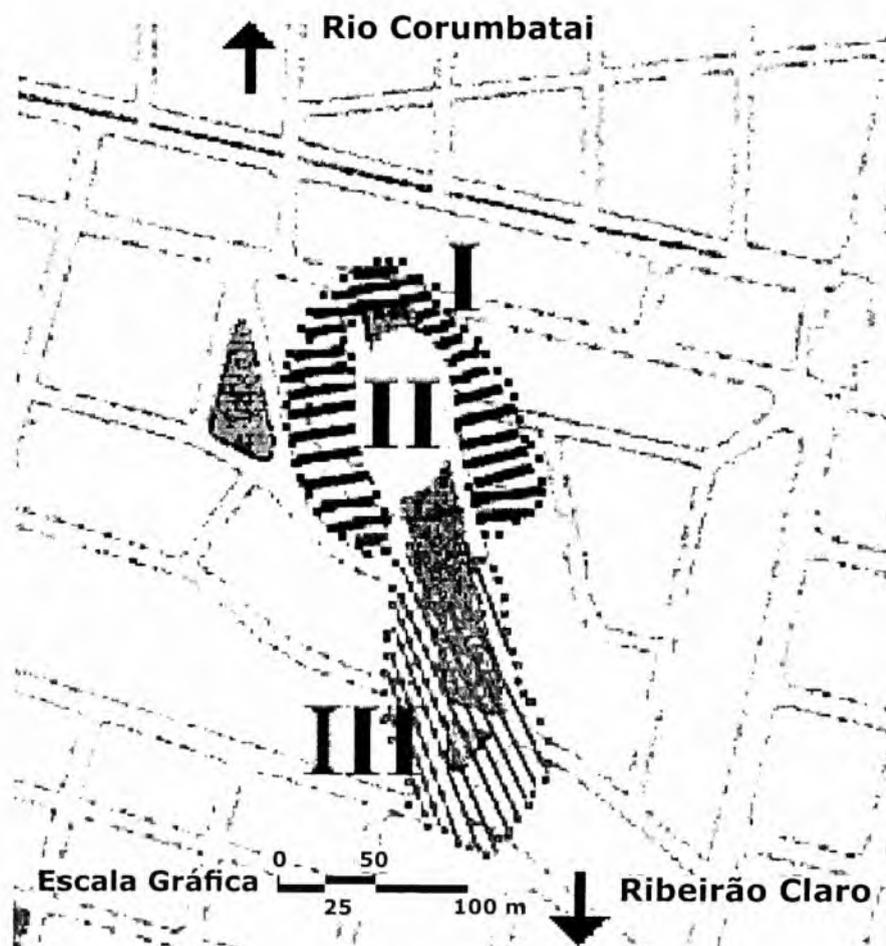
Figura 3: Esboço do perfil da Lagoa Seca, baseado livremente no estudo de PENTEADO (1976), sem escala. Organizado por Cavalheiro, Presotto & Rocha.



O local, segundo o projeto da Prefeitura do Município de Rio Claro, foi destinado a ser uma área verde, agregada a um posto de saúde e a uma escola municipal. Ambas as edificações foram executadas, porém não a área verde que, por estar abandonada, recebe lixo e entulhos de forma clandestina. A área fica inundada por ocasião de chuvas intensas, transformando-se em um pântano e, em épocas de secas, é utilizada pela juventude das circunvizinhanças como área de lazer, concorrendo para isso a existência da escola municipal.

Se houvesse sido feita a identificação das unidades de paisagem da área, verificar-se-ia que poderia ter-se constatado a existência de três unidades de paisagem (**Figura 4**): I - a montante da área, onde foram feitas as construções do posto de saúde e da escola, que se insinua como um divisor de águas de uma pequena bacia hidrográfica; II - área rebaixada que constitui o ponto de recarga de aquífero; e, III - área de drenagem em direção ao ribeirão Claro que, periodicamente por ocasião de grandes chuvas, é inundada.

Figura 4: Unidades de paisagem propostas para Lagoa Seca: I - Divisor de Águas, II - Ponto de recarga de aquífero e III - Drenagem superficial para o ribeirão Claro. Escala original de 1:4.000. Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA), do Instituto de Geociências e Ciências Exatas (IGCE), da Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), campus Rio Claro (2002)



Ou seja, pelo menos a área rebaixada, por ser ponto de recarga de aquífero e drenar para as duas bacias hidrográficas, responsáveis pelo abastecimento de água para a população do município de Rio Claro, deveria, em termos de planejamento, ser indicada como área a não receber, em absoluto, qualquer tipo de construção; portanto, deveria ser um espaço livre de construção e, como indicativos de projeto paisagístico, receber vegetação que proteja o ponto de recarga e,

eventualmente, ser utilizada como área de lazer desde que o projeto não a impermeabilizasse, como por exemplo, com a construção de quadra desportiva. Poderia, no entanto, receber relvado com plantas apropriadas, a ser utilizado para práticas de lazer informais. Da forma como foi projetado seu uso, como área verde, adjacente a áreas institucionais e residenciais, para lazer ativo e práticas desportivas, há total inadequação sob o ponto de vista da fisiologia das unidades de paisagem do local.

Bibliografia

BEDÊ, L. C.; WEBER, M.; RESENDE, S.; PIPER, W. & SCHULE, W. Manual para mapeamento de biótopos no Brasil. Belo Horizonte: Brandt Meio Ambiente, 1994. 123p.

JELICOE, A. G. & JELICOE, S. The landscape of man. 3.ed. Londres: Thames and Hudson, 1996. 408p.

LIMA, A. M. L. P. *et al.* Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2, 1994, São Luís. *Anais...* São Luís: Imprensa EMATER/MA, 1994. p.539-553.

LIMA, M. A. *Avaliação da qualidade ambiental de uma microbacia no município de Rio Claro (SP)*. Rio Claro, 1994. Tese (Doutorado em Geociências e Meio Ambiente) - Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho.

MONTEIRO, C. A. F. Geossistemas: a história de uma procura. São Paulo: Contexto, 2000. 127p.

Mc HARG, I. Design with Nature. New York: American Museum of Natural History, 1969. 197p.

Mc HARG, I. Projectar con la naturaleza. Barcelona Gustavo Gili, 2000. 197p.

PENTEADO, M. M. Geomorfologia do setor centro-ocidental da Depressão Periférica Paulista. São Paulo: Instituto de Geografia/Universidade de São Paulo, 1976. 86p.

RICHTER, D.D.; SAPLACO, S. R. & NOWAY, P. F. "Watershed management problem in humid tropical uplands" *Nature and Resources*, v.21, n.4, oct/dec. 1988, p.10-21

RICHTER, G. Handbuch Stadtgrün Landschaftsarchitektur im städtischen Freiraum. Munique: BLV Verlagsgesellschaft, 1981. 319p.

RIO CLARO. Prefeitura do Município. Plano Diretor, *Lei n.2492*, 6 de agosto, 1992.

Concluído em novembro de 2002

